

Nascimento, M. L. do; Coutinho, A. P. C. & Sá, D. A. de. Análises de produções escritas sobre abrigos para crianças e adolescentes

Análises de Produções Escritas Sobre Abrigos para Crianças e Adolescentes

Analyses of Written Productions about Children and Adolescents' Shelters

Maria Lívia do Nascimento¹

Ana Paula Cardoso Coutinho²

Daniele Amaral de Sá³

Resumo

O artigo traz algumas análises feitas a partir de uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo discutir as diferentes instituições que atravessam as produções acadêmicas sobre abrigo de crianças e jovens. Para tanto, foi realizado levantamento de textos (livros, artigos, dissertações e teses), material que possibilitou a explicitação de alguns analisadores, dentre os quais três foram escolhidos para debates mais aprofundados no presente artigo: "Ditos do ECA e cotidiano dos abrigos", "Rede de proteção a crianças e adolescentes" e "Estigma institucional". Esses analisadores possibilitaram problematizar os discursos/práticas construídos a respeito dos abrigos e os efeitos dessa construção.

Palavras-chave: abrigo; pesquisa bibliográfica; subjetividade; infância.

Abstract

The article presents some analyses based on a bibliographical research, which aimed to discuss the different institutions that cross the academic productions regarding children and youngsters' shelters. For that, texts were collected (books, articles, dissertations, and theses), a material that made it possible to disclose some analyzers, among which three were chosen for a deeper debate in the present article: "ECA's (Children and Adolescents' Statute) statements and daily life in the shelters", "Protection network for children and adolescents", and "Institutional stigma". These analyzers allowed us to set up the problems of the discourses/practices built concerning the shelters and the effects of such construction.

Keywords: shelter; bibliographical research; subjectivity; childhood.

¹ Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Endereço para correspondência: Rua João Pessoa, 154/403, Niterói/RJ, CEP: 24220-331. Endereço eletrônico: mlivianascimento@gmail.com

² Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal Fluminense, bolsista de iniciação científica/FAPERJ à época de realização da pesquisa.

³ Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional/Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista de iniciação científica/CNPq/ PIBIC à época de realização da pesquisa. Endereço para correspondência: Rua José Leandro, 66, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-000.

Nascimento, M. L. do; Coutinho, A. P. C. & Sá, D. A. de. Análises de produções escritas sobre abrigos para crianças e adolescentes

O artigo traz análises baseadas na pesquisa *Cenários dos Abrigos no Brasil: uma leitura a partir de produções acadêmicas*, vinculada ao Programa de Intervenção voltado às engrenagens e territórios de exclusão social (PIVETES), grupo de trabalho que analisa questões referentes à infância e juventude pobres, a seus direitos e às chamadas políticas de proteção e assistência a elas dirigidas. Tal pesquisa propõe colocar em análise diferentes instituições que atravessam as produções escritas no espaço acadêmico, relativas aos seguintes temas: abrigo, convivência familiar e destituição do poder familiar.

Dessa forma, realizou-se levantamento e análise de textos (14 livros, 35 artigos e 28 dissertações e teses) de diferentes espaços de divulgação acadêmica, relativos aos temas propostos para o estudo. O critério de escolha dos textos foi a sua divulgação após o ano 2000, considerando-se que, passados dez anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, poderia ser esperada a consolidação dos seus princípios no espaço social. Como durante a primeira década de vigência da legislação ocorreram ajustes às novas ordenações jurídicas de proteção à infância e juventude, apostamos ser essa uma data de referência importante para a discussão do cotidiano dos abrigos, dispositivo que entrou em vigor com o Estatuto. Acreditando que uma lei não funciona apenas pela imposição de um decreto, mas pelos efeitos que sua aplicação produz, a pesquisa visou discutir as narrativas escritas a esse respeito. Ou seja, estávamos interessadas em problematizar os efeitos trazidos pelo ECA, tomando como ponto de partida os abrigos.

Pode-se dizer que, com a nova legislação, ocorreu uma importante mudança na lógica de guarda e proteção de crianças e adolescentes que, devido a diferentes critérios, não podem viver com seus familiares. Antes dela, a internação acontecia nas chamadas instituições totais, onde as crianças e jovens frequentemente permaneciam por muitos anos, chegando mesmo a completar a maioridade dentro dos estabelecimentos em que se encontravam. O Estatuto propôs o rompimento com essa lógica, pensando a política de abrigo sob o viés da proteção integral, que prioriza a preservação dos vínculos familiares, o atendimento personalizado e em pequenos grupos, o não desmembramento de grupos de irmãos e a necessidade de integração com a comunidade local. Os complexos para crianças e adolescentes, legitimados pelo antigo Código de Menores, consistiam em espaços de internação destinados à população infanto-juvenil pobre, considerada potencialmente perigosa ou em perigo.

Classificados como menores⁴ (ou melhor dizendo, “classificados como menores em situação irregular” já que qualquer criança pode ser considerada menor de idade), essas crianças e jovens eram mantidos num sistema de tal maneira fechado que o rompimento dos laços familiares acabava sendo um de seus efeitos principais, seguido pela destituição do pátrio poder⁵.

No Brasil, na medida em que as condições de sobrevivência em situação de pobreza atingem índices alarmantes e impensados em termos de dignidade humana, as questões relativas à destituição do poder familiar se banalizam. Estudos realizados em 2004 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) sobre os abrigados no Brasil revelaram que essa população, em sua maioria, é composta por meninos de 7 a 15 anos, negros e pobres. Famílias com graves dificuldades financeiras e o dito abandono foram apontadas como os principais motivos para o uso de abrigos. Contrariando o senso comum, que diz que a maioria dos abrigados é composta de órfãos, a pesquisa do IPEA mostrou que mais de 80% da população desses estabelecimentos tem família, sendo que quase 60% mantêm vínculos com ela.

Tomando esse quadro como uma realidade no Brasil, o recolhimento em abrigo vem atingindo quase que maciçamente mulheres/mães/pobres que, frente ao estado de miserabilidade a que estão submetidas, fazem uso frequente de abrigos como alternativa de cuidado para seus filhos.

Estudar questões como a destituição do poder familiar, o chamado abandono de crianças e o acolhimento em estabelecimentos específicos para a população infanto-juvenil que não pode ser cuidada por seus familiares leva a debates e pesquisas sobre a instituição abrigo⁶. Assim sendo, produções

⁴ O conceito de menoridade, que não se vincula apenas à idade, afirma uma subjetividade de abandono, delinquência, periculosidade ou situação irregular, como colocado no Código de 1979. A propósito, é justamente a legislação para a infância e juventude – o conjunto de Códigos de Menores – que produz o conceito de menor, aplicado àqueles que não vivem de acordo com modelos hegemônicos de criança. São os filhos da pobreza, vistos como os que devem ser tutelados pelo Estado, internados, corrigidos, os que ameaçam a paz social.

⁵ No passado, durante a vigência do Código de Menores, intitulava-se pátrio poder o que atualmente entende-se por poder familiar. Independente da denominação, a prática da destituição consiste na retirada da criança do seio de sua família.

⁶ Para a “Análise Institucional, instituição não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se na (e em) história, ou tempo” (Lourau, 1993, p. 11). Dessa forma não é sinônimo de estabelecimento, mas de produções históricas, reproduzidas por práticas sociais hegemônicas, muitas vezes

acadêmicas sobre o tema vêm sendo realizadas e a pesquisa que embasa as discussões feitas aqui se propôs colocá-las em análise, visando pensar as construções subjetivas que se constituem a partir delas e discutir as verdades que fabricam. Dessa forma, passamos a estudar os discursos presentes nos textos produzidos na/pela academia com relação ao abrigo de crianças e jovens, buscando colocar em debate as múltiplas instituições que os atravessam.

Como Foucault (2003), entendemos que todo discurso é político e, quando proferido por um especialista, assume o lugar de verdade absoluta e incontestável, produtora de subjetividades. A partir dessa compreensão, buscamos pensar que subjetividades estão sendo construídas pelos discursos presentes nas produções acadêmicas levantadas. Ao colocar em análise as narrativas escritas pelos diferentes autores pesquisados, foi possível perceber, nos relatos das práticas que ocorrem nos abrigos, as relações de poder, os objetos, instituições e mitos construídos nesse campo, ou seja, a produção materializada no discurso dos diferentes sentidos circulantes sobre abrigos.

A pesquisa se fez utilizando a ferramenta da análise do discurso tal como proposta por Foucault, interessando-nos os processos subjetivos construídos pelos textos investigados, suas escolhas políticas e a forma como trataram o objeto de estudo abrigo. Assim se configurando, a análise buscou pensar o sentido das práticas dimensionando-as no tempo e no espaço, pela via das formações discursivas que, para tanto, se orientam na/pela concepção de que o discurso é o efeito de sentidos entre sujeitos e objetos e não um simples veículo de comunicação, um mero transmissor de informação.

Também a noção de produção de subjetividade proposta por Felix Guattari (Guattari & Rolnik, 1986) atravessa nossos debates e análises. Pensamos os processos de subjetivação como produção, ao mesmo tempo existencial e social. Dessa maneira, eles são sempre coletivos, uma multiplicidade que fala e age mesmo que seja numa só pessoa, ou seja, um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, políticas, dentre outras.

Foi através de processos de subjetivação, pela produção de certos modos de ser, agir e pensar que se construiu como modelo ideal a família nuclear, estruturada e higiênica, apoiada no saber técnico-

científico. Da mesma maneira, foi sendo produzida também a desqualificação da família pobre, tida como incapaz de cuidar de seus filhos, conferindo ao Estado a função de tutela de suas vidas. De acordo com Nascimento (2002), o saber dos especialistas age nos indivíduos a partir da observação, da rotulação, do registro, da análise de seu comportamento, produzindo verdades que os encarceram. O cotidiano dos abrigos, construído pelas afirmações dos autores das produções acadêmicas, nos possibilitou colocar em análise temas como os “especialismos” técnico-científicos, o complexo tutelar, as novas ordenações jurídicas de proteção à infância e à juventude trazidas pelo ECA, os modelos instituídos de infância, de família e de assistência e os processos de subjetivação constituidores.

A Pesquisa Bibliográfica e seus Múltiplos Atravessamentos

Nossa pesquisa teve a singularidade de não ser uma leitura/análise de um abrigo específico. Tomando o olhar de vários autores como parâmetro, problematizamos as práticas circulantes nos abrigos, ressaltando as formações subjetivas ali presentes, enunciadas pelos autores dos textos pesquisados. Qual o referencial teórico sustentado nas pesquisas relatadas nesses textos? Qual o interesse do pesquisador no tema abrigo? Qual a metodologia utilizada? Quais discursos atravessam as narrativas das pesquisas? Essas e outras questões foram focadas em cada um dos textos lidos e nos interessaram, pois funcionaram como fios que nos faziam pensar sobre os processos, os caminhos, as produções que cada uma das pesquisas percorreu.

Assim sendo, a pesquisa bibliográfica foi o caminho utilizado para que problematizássemos verdades que se queriam fazer naturais e abrissemos a brecha da porta para vislumbrarmos um campo no qual se fazem presentes diversas forças. Qual a importância de estudar os escritos sobre o tema abrigo? De certo as propostas que moveram os autores por nós pesquisados não se distanciam do corpo social em que vivemos. O que querem produzir, indagar, provocar com suas produções não é um interesse neutro. Está atravessado e faz atrito com determinados processos de subjetivação. Perceber as forças que se apresentavam nas produções escritas nos possibilitou levantar alguns analisadores e produzir alguns saberes provisórios. É importante destacar que, por não sermos neutros, as análises por nós realizadas permitiram a produção de novas forças que se juntam às já existentes nesse campo que, por

tomadas como naturais. Está em constante processo de criação, apesar da aparente rigidez de suas formas.

não ser natural nem auto-evidente, mas fabricado, pode ser permanentemente desconstruído e interrogado.

A busca, leitura e discussão dos textos foram concomitantes, tendo em vista que não houve primeiramente uma coleta de dados seguida depois por sua análise. Fazendo uso de tal procedimento, as discussões foram sendo realizadas ao mesmo tempo em que os textos eram levantados e lidos. Aqui estamos, pois, falando que nosso olhar sobre o material coletado não estava dado, mas foi se constituindo no fazer da pesquisa. Logo, afirmamos que o trajeto do pesquisador está marcado por suas escolhas, não sendo neutro o processo. Portanto, podemos dizer que o ato de pesquisar e produzir conhecimento constitui-se como intervenção, não está dado, mas se transforma ao longo do caminho. Com isto não queremos dizer que não há rigor na análise dos dados, mas é importante destacar que não é possível, em qualquer processo de pesquisa, uma observação simplista do objeto pesquisado, e que a análise se dá por meio de um movimento consecutivo de constituição tanto do pesquisador como do objeto de pesquisa, perfazendo um campo em permanente construção.

Trabalhamos coletivamente com os textos coletados, de tal forma que todos os integrantes da equipe PIVETES participaram das leituras, problematizações e levantamento dos analisadores. Iniciamos a pesquisa no começo de 2007 quando, entre reuniões, estudos e acertos sobre seus objetivos, fomos pensando em estratégias para a localização do material. Essa tarefa alavancou a procura de produções acadêmicas, exercício que foi se tornando mais apurado ao longo do processo. Com isto, foram visitadas bibliotecas físicas e virtuais, que nos forneciam as produções acadêmicas das quais retirávamos os analisadores.

É importante reafirmar que não existiu uma linearidade no processo de pesquisa, que ele envolveu percalços, análises, reflexões, tentativas de novos caminhos, dúvidas, retroações e criação. Houve também alguns entraves durante nossa empreitada. Uma das dificuldades que encontramos em nosso caminhar diz respeito ao acesso a algumas produções. As razões eram variadas, desde a disponibilidade da obra, algumas vezes restrita a alguns usuários selecionados, até o fato da catalogação das produções não ser feita por assunto, por exemplo.

Os discursos presentes nas produções acadêmicas foram tomados como prática social, que produz modos de funcionamento e gestão da vida, estabelece relações de poder, constrói instituições, enfim, produz efeitos. Seguindo tais reflexões, foi possível pensar as práticas que estão sendo

produzidas sobre crianças e adolescentes abrigados, sobre algumas das instituições que os atravessam – família, infância, internação, assistência, abandono, tutela, dentre outras – e sobre efeitos por elas produzidos.

Encontrando e Problematizando os Analisadores

O levantamento do material, sua concomitante leitura e discussões possibilitaram a explicitação de alguns analisadores, a saber: 1) reinserção familiar; 2) equipe profissional: descrição e características, prática profissional; 3) rede de proteção a crianças e adolescentes; 4) formas de desligamento; 5) descrição e características dos abrigados; 6) família: descrição, características, problematização, concepções; 7) ditos do ECA e cotidiano dos abrigos; 8) visão dos abrigados; 9) estigma institucional, 10) motivos de entrada no abrigo; 11) problematização ou crítica às diretrizes do ECA.

Além disso, para cada pesquisa estudada foram levantados também os procedimentos e métodos utilizados (entrevistas, atendimento individual ou em grupo, observação de crianças e/ou profissionais, pesquisa participante, pesquisa experimental clássica, uso de testes, pesquisa bibliográfica, estudo de caso, grupo como dispositivo, pesquisa qualitativa, questionário, análise documental, diário de campo, levantamento), bem como o referencial de suporte (psicanálise, psicologia do desenvolvimento, abordagem psicossocial, referencial histórico-cultural e social-institucional).

Durante o processo de levantamento dos analisadores, foi possível fazer escolhas dentre aqueles que mais se destacavam nos textos pesquisados, quer seja pela frequência com que apareciam ou por sua potência como dispositivos de problematização de processos instituídos e verdades cristalizadas. Assim sendo, o movimento produzido pelos textos pesquisados colocou em destaque alguns analisadores. Ou seja, alguns deles foram ganhando força e possibilitando questionamentos mais intensos sobre a instituição abrigo. São eles: 1) Ditos do ECA e cotidiano dos abrigos; 2) Rede de proteção a crianças e adolescentes; e 3) Estigma institucional. Por sua importância no plano de forças constitutivas do cenário dos abrigos, esses três destaques passaram a orientar as análises de forma mais sistemática e, por isso, são aqui apresentados.

O analisador “Ditos do ECA e cotidiano dos abrigos” problematiza as rupturas produzidas pelo Estatuto na lógica de assistência à infância e à

juventude, interrogando até que ponto tais rupturas perpassam de fato as práticas presentes nos abrigos. As análises feitas apontam divergências entre a lei e essas práticas, qualificando o abrigo como um espaço protetor dos direitos de crianças e jovens, mas, ao mesmo tempo, violador desses mesmos direitos ao infringir a lei por outros percursos.

Muitos dos trabalhos analisados mostram que, apesar do ECA propor uma ruptura com a lógica de internação ao estabelecer uma outra forma de atendimento, a cultura dos antigos internatos muitas vezes permanece. Ou seja, o modelo de estabelecimento em que crianças e jovens moravam, estudavam, recebiam assistência médica, psicológica e odontológica não foi completamente substituído pela nova proposta, que prioriza o contato com atividades comunitárias, favorece a preservação dos vínculos familiares, possibilita o não desmembramento de grupos de irmãos e afirma o atendimento personalizado e em pequenos grupos. Pode-se afirmar que há um considerável descompasso entre algumas propostas do Estatuto e o que, na realidade, se pratica nos abrigos.

Esse analisador interrogou, também, as transformações ocorridas nas práticas protetoras de atenção infanto-juvenil e o que ainda permanece como herança do antigo sistema total de atendimento, que tinha como meta a prevenção, a reeducação e a recuperação dessa parcela da população, vista como perigosa ou em perigo. Com base na vigilância e no controle, funcionava como forma de promover a correção dos internados e o saneamento social. Buscando outra direção, o abrigo se qualifica como um espaço protetor dos direitos, trazendo como base princípios que se apóiam na lógica da proteção integral de crianças e jovens, considerados como cidadãos de direitos. Um dos pontos mais recorrentes nos textos analisados, e que tomamos aqui como significativo na análise do descompasso entre a lei e as práticas presentes nos estabelecimentos, diz respeito ao fato dos abrigos terem se tornado um lugar de permanência até a maioridade, enquanto o caráter temporário desses espaços é uma condição esperada. Não é raro que muitos passem suas vidas inteiras ali, não tendo a oportunidade de retornar à sua família de origem.

Na passagem do Código de Menores para o ECA, a dificuldade de desmontar um modo de funcionamento e construir outro encontra as singularidades e as multiplicidades do cotidiano. O instrumento legal é, sem dúvida, de suma importância nesse processo. No entanto, não dá conta da pluralidade do dia-a-dia das práticas presentes nos abrigos.

O segundo analisador que aqui apresentamos se refere à “Rede de proteção à criança e ao adolescente”, nela incluindo a família como contraponto ao abrigo. Esse analisador abre debates sobre as intervenções do Estado frente à garantia dos direitos constitucionais. O direito à convivência familiar e comunitária, por exemplo, levanta questionamentos sobre a função do Estado no cumprimento desse preceito. Promover a inclusão social das famílias está previsto tanto na normativa internacional quanto na nacional e é fundamental quando se pensa na permanência da criança em seus lares de origem, preceito rigorosamente anunciado em pelo menos dois artigos do ECA (Brasil, 1990):

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para perda ou suspensão do pátrio poder.

Parágrafo único. Não existindo motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.

Entretanto, constatamos que os textos pesquisados, em sua grande maioria, apontam a fragilidade de políticas que visam à minimização das condições que culminam no recolhimento ao abrigo ou mesmo sua reversão. Um debate pode ser levantado quando constatamos que as ações políticas referentes aos abrigos estão estritamente relacionadas com a afirmação do Estado neoliberal que, no Brasil, ganha força a partir da década de 1980. Os governos neo-liberais defendem restrições à intervenção estatal sobre a economia; ela só deve ocorrer em setores imprescindíveis e ainda num grau mínimo. Assim, suas práticas passam a ser pautadas na flexibilização do capital, dos empregos, das formas de vida, ou sejam, as garantias mínimas sociais são enxugadas nas cartilhas de gastos públicos de acordo com a premissa (que consideramos falsa) de que o Estado despenderá gastos excessivos com a pobreza. As redes de assistência são uma das primeiras a sentir o impacto da retirada parcial, quando não total, dos investimentos do governo, pois muitas dependem de verbas públicas para se manter.

O apoio à população mais pobre fica limitado com essa lógica de administração pública, já que não é considerado “imprescindível”. A história do

país, principalmente na vigência de uma política neoliberal, é marcada por medidas emergenciais, assistencialistas e de tutela da pobreza que, estatisticamente, é o grande motivo dos abrigamentos no Brasil (Silva, 2004).

Uma questão que se coloca é o abismo entre o Estado Mínimo e o sistema de garantias de direitos da criança e a do adolescente. Tal sistema funciona concretamente por meio de redes de proteção, ou seja, na integração de diversos atores, instrumentos e estabelecimentos. A ampliação e o aperfeiçoamento das ações da rede são garantidos por meio da formulação e, principalmente, da execução de políticas públicas, aqui entendidas como ações do Estado, no sentido de garantir o mínimo de direitos, assegurados não só em nossa Constituição Federal, mas em diferentes declarações e protocolos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Podemos dizer que, aí, um fosso se apresenta. Temos um sistema de garantias de direitos bem articulado por diversas legislações e projetos; contudo, ao voltarmos o olhar para sua execução através da rede de atendimento, percebemos que diferentes forças movem as políticas de Estado, como apontado em diversos textos pesquisados. O que se vê, muitas vezes, são práticas de “repercussão pública”, que, para Loria (1999), quando existem, visam unicamente respostas de impacto público a situações de crise, além de desestimularem a participação da sociedade civil nas discussões. O investimento maior é no incentivo à iniciativa privada e em programas assistencialistas e caritativos que ratificam e perpetuam a pobreza. Esse Estado é mínimo nas questões sociais e é máximo nas questões penais e repressivas; esse projeto que hoje se tornou vitorioso dá sentido às chamadas políticas de governo.

O terceiro analisador aqui destacado, “Estigma Institucional”, se impôs pelo fato de grande parte do material levantado apontar, comentar e afirmar a presença de déficits nas crianças e jovens abrigados: problemas de atenção, dificuldade de aprendizagem, prejuízos em relação a mecanismos de defesa, excesso de agressividade, embaraços nas relações afetivas, dificuldade de expressão, carência de afetos. Tais marcas, dentre outras, são atribuídas ao processo de institucionalização.

Esse analisador possibilitou a discussão da lógica determinista presente em alguns dos textos pesquisados, que encontra respaldo em um saber pautado na instituição indivíduo e numa certa psicologia. Historicamente, esse saber, construído com a finalidade de normatizar e regular

comportamentos e vidas, assenta-se sob as bases de uma visão mecanicista e dualista do conhecimento.

Segundo essas concepções psicológicas, às crianças e aos adolescentes abrigados são atribuídas identidades particulares, aprisionando-os em determinadas formas de ser. Esse determinismo é apresentado pelos discursos científicos por meio de gráficos e cálculos percentuais de crianças em que se observa o mesmo tipo de comportamento, por teorias do desenvolvimento, enfim, por diversos instrumentos classificatórios que apontam um mesmo fim: comprovar e prever “o destino inevitável dos abrigados”.

Atribuir uma identidade fixa aos abrigados diverge do que entendemos como produção de subjetividade, a qual afirma que o sujeito não pode ser reduzido ao simples resultado de suas vivências, sendo sempre inacabado e produzido por inúmeros atravessamentos.

A partir desse analisador, questionamos também a produção de modos de existência pela imposição do modelo de família nuclear burguesa como o mais adequado para que crianças e jovens tenham uma vida saudável. A desqualificação de outros arranjos familiares dá um caráter de sofrimento e erro às composições que não se enquadram em tal modelo. Para as crianças abrigadas já se supõe um modo de ser, enquadrando-as numa identidade que seria determinada pelas contingências de suas vidas.

A partir do material pesquisado, importa-nos pensar os efeitos produzidos por seus atores quando, frequentemente, demonstram interesse em pesquisar os males ocasionados pelo abrigo, tendo seus objetivos voltados para o que apontam como desvios do modelo de desenvolvimento ideal.

Nesse sentido, mesmo após a implantação do ECA, sua proposição de considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e a instauração do programa de abrigos, o abrigar ainda é visto sob a ótica da antiga internação, na maior parte das vezes considerado como um ônus, acarretando sempre prejuízos para aqueles que passam por ele.

Fatos e Efeitos de uma Pesquisa Bibliográfica

A disparidade frequentemente apontada por alguns dos autores lidos entre a proposta do sistema de abrigo idealizado pelo ECA, que em 1990 apresentava-se como inovadora e até mesmo pretensiosamente salvadora e libertadora, e as reais práticas que ocorrem pode ser aqui colocada em análise. É possível discutir as propostas do Estatuto

em suas naturalizações e neutralidades se levamos em consideração que, num dado momento, elas saem do campo dos movimentos sociais e tornam-se lei. Fica, pois, a questão: o que acontece no intervalo entre as lutas, os movimentos que construíram o ECA e o estado atual dos abrigos, de forma a implantar as noções trazidas pela nova lei? Para pensá-la é fundamental evocar os processos de produção de subjetividade, isto é, os efeitos de um campo de subjetivação que institui e forma os sujeitos e suas práticas. A passagem do Código de Menores para o ECA é marcada pela dificuldade de desmontar um modo de funcionamento e construir outra lógica de atendimento que leva em conta a pluralidade do cotidiano.

O mecanismo de proteção trazido pelo Estatuto não deveria ser considerado de forma imediatista como a solução de um problema, mas como uma ferramenta de suporte às intervenções junto a crianças e adolescentes. Poderia ser pensado como parte de uma engrenagem, de um contínuo movimento criador, de um jogo de forças que, algumas vezes, pode ser capturado por linhas que afirmam a antiga lógica assistencial e compensatória e, em outras, surpreende com o desenrolar de práticas variadas, indicando novos caminhos.

A necessidade de afirmar verdades supostamente universais ou criar saberes que ousam cristalizar-se impede a visualização dos movimentos que dão formas temporárias aos modos de existência. Tomar o abrigo como algo natural, quando ele se apresenta apenas como mais uma construção e um agrupamento de certas práticas em favor da proteção da criança e do adolescente, pode impedir o agenciamento de novos fluxos aliados ao fortalecimento da vida.

São os discursos/práticas que dão forma à instituição abrigo, pois essa não existe fora de uma relação de forças. É nesse sentido que nossa pesquisa buscou salientar, algumas paisagens que estão se formando. Embora ela não tenha envolvido trabalho de campo, visitação aos espaços de abrigo ou qualquer participação no interior desses estabelecimentos, não deixa de se configurar como uma importante intervenção. A partir das análises das produções escritas sobre práticas de abrigo e institucionalização de crianças e jovens, um olhar aberto às multiplicidades foi sendo construído coletivamente. Os lugares, conceitos e territórios, até então bem definidos e tomados como naturais, foram sendo desmontados e perdendo a concretude, transitando por outros sentidos e fluxos.

A partir de Foucault (1986), não acreditamos na dissociação entre teoria e prática, já que ambas são práticas que acarretam efeitos no social. Vale à

pena citá-lo em um de seus comentários sobre o tema:

(...) gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, [... trabalho que] revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos [...] mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. (pp. 54-55)

Não há muito a acrescentar a essa citação. Com ela podemos fechar este debate inicial sobre a fabricação de modos de existências nos abrigos, de modelos e padrões ideais. Assim, por uma prática de afirmação das multiplicidades e das diferenças é que repensamos, a partir da pesquisa bibliográfica, a construção das instituições em jogo no discurso dos autores ao pensarem os abrigos e os abrigados.

Referências

- Foucault, M. (1986). *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Foucault, M. (2003). Da natureza humana: justiça contra poder. In M. Foucault, *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber* (pp. 87-132). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Lei Federal 8.069/90 de 13 de julho de 1990 (1990, 13 de julho). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Recuperado em 05 de setembro, 2009, em [homepage://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm). Acesso em 05/09/2009
- Loria, C. (1999). Políticas Públicas y Reforma Del Estado. In S. Bhattacharjea (Org.), *Infancia y politica social* (pp. 19-52). México: UNICEF/Universidad Autónoma Metropolitana.
- Lourau, R. (1993). *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ.

Nascimento, M. L. do; Coutinho, A. P. C. & Sá, D. A. de. Análises de produções escritas sobre abrigos para crianças e adolescentes

Nascimento, M. L. (Org.) (2002). *PIVETES: a produção de infâncias desiguais*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Silva, E. R. A. (org.) (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA.

Categoria de contribuição: Relato de pesquisa
Recebido: 23/07/10
Aceito: 17/10/10